

REQUERIMENTO Nº 3265/2022

Requeiro a Vossa Excelência, Senhor Presidente da Câmara, nos termos do art. 264, inciso II, do Regimento Interno, cumpridas as formalidades legais e ouvido o Plenário desta Casa Legislativa, que seja encaminhada uma **MOÇÃO DE REPÚDIO** ao Ministro Milton Ribeiro pela priorização de prefeituras cujos pedidos de liberação de verba foram negociados por pastores que atuam em um esquema informal de obtenção de verbas do Ministério da Educação.

Da aprovação deste e do inteiro teor desta Proposição, dê-se ciência ao Ministro Milton Ribeiro, no endereço: Ministério da Educação - Esplanada dos Ministérios - Edifício Sede - Sala 300 - Cep: 70047-900 - Brasília – DF.

JUSTIFICATIVA

Em áudio divulgado pelo jornal Folha de São Paulo, o Ministro da Educação, Milton Ribeiro afirma que o governo federal prioriza prefeituras a pedidos de pastores que comandam um gabinete paralelo. Gilmar Santos e Arilton Moura, que não têm cargos no Ministério nem em qualquer outro órgão da Administração Pública Direta ou Indireta mas atuam em um esquema informal de obtenção de verbas do MEC. Ainda, segundo o Ministro, a priorização foi um “pedido especial” do Presidente Jair Bolsonaro.



GABINETE DA VEREADORA LIANA CIRNE

“Porque a minha prioridade é atender primeiro os municípios que mais precisam e, em segundo, atender a todos os que são amigos do pastor Gilmar”, diz o ministro na conversa com prefeitos e outros dois pastores, segundo o jornal¹.

Diante disso, a liderança da minoria na Câmara dos Deputados, bancada do Partido dos Trabalhadores (PT) (representada por seu líder Reginaldo Lopes (MG) e demais parlamentares) e o Senador Fabiano Contarato (PT-ES) apresentaram ao Supremo Tribunal Federal (STF) notícias-crimes contra Presidente Jair Bolsonaro e o Ministro da Educação, Milton Ribeiro, por suposto favorecimento a pastores aliados na distribuição de recursos públicos.

Na notícia-crime protocolada no STF, a liderança da minoria pede que a Procuradoria Geral da República seja notificada para que se manifeste sobre uma possível investigação contra Bolsonaro e Ribeiro.

Já a protocolada por Fabiano Contarato, afirma que Milton Ribeiro teria cometido o crime de advocacia administrativa, ao beneficiar um grupo religioso. “Resta claro que o Ministro da Educação, ao conceder liberação célere de recursos, priorizando atender ‘a todos que são amigos do Pastor Gilmar’, patrocina ou ‘apadrinha’ diretamente interesse privado perante a administração pública, valendo-se para isso da sua qualidade de funcionário público, o que configura crime de advocacia administrativa”.

Na notícia-crime apresentada pela bancada do PT, os petistas lembram que na gravação em que o ministro confessa priorizar o atendimento de pleitos feitos por dois pastores – sem cargos na pasta – a pedido do presidente da República, há a configuração de uma violação de princípios constitucionais e prática de crimes previstos no Código Penal.

Por fim, no último dia 23 de março, o Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou

¹ **Pelo menos 44 prefeitos foram recebidos por pastores no Ministério da Educação.** Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/pelo-menos-44-prefeitos-foram-recebidos-por-pastores-no-ministerio-da-educacao/>>



GABINETE DA VEREADORA LIANA CIRNE

uma fiscalização extraordinária em todos os convênios do Ministério da Educação.

Diante de todo o exposto, requer-se a aprovação deste requerimento, a fim de que seja encaminhada uma **MOÇÃO DE REPÚDIO** ao Ministro Milton Ribeiro pela priorização de prefeituras cujos pedidos de liberação de verba foram negociados por pastores que atuam em um esquema informal de obtenção de verbas do Ministério da Educação.

Sala das Sessões da Câmara Municipal do Recife, 24 de março de 2022.

Liana Cirne Lins
Vereadora (PT)

